

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.263.196 - SP  
(2018/0060009-9)**

**RELATOR** : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES  
**AGRAVANTE** : HELIO VALENTINO  
**ADVOGADOS** : ANTÔNIO MÁRIO DE TOLEDO E OUTRO(S) - SP047319  
MARIA APARECIDA SILVA FACIOLI - SP142593  
**AGRAVADO** : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. CONDIÇÃO DE SEGURADO ESPECIAL. MANUTENÇÃO DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. No caso concreto, deve ser mantida a Súmula 7/STJ para a pretensão recursal em se reconhecer a condição de segurado especial. Isto porque, apenas a prova testemunhal pode ser valorada, pois transcrita pelo acórdão recorrido. O início da incapacidade e os vínculos empregatícios foram valorados pelo Tribunal *a quo*, sem as respectivas transcrições do laudo pericial e documentos dos vínculos de emprego.

2. Agravo interno não provido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento: "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." A Sra. Ministra Assusete Magalhães, os Srs. Ministros Francisco Falcão (Presidente) e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Og Fernandes.

Brasília (DF), 28 de março de 2019

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES  
Relator